

-----**ACTA N.º 16/2009**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Agosto de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, tendo sido designado por Despacho do Senhor Presidente, do dia dezoito de Agosto de dois mil e nove, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro para presidir a mesma, o Senhor Vereador António Graça Silva, em substituição do Senhor Presidente José Francisco Gomes Monteiro, devido à ausência do Senhor Vice-Presidente José Luís Saúde Cabral, por se encontrar de férias, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Técnica. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vereador declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vereador da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que no seguimento de uma reunião anterior onde pediu para ser esclarecido quanto à atribuição dos subsídios aos clubes de futebol, vem de novo hoje referir que existem decisões que foram tomadas em Executivo, verbas que foram atribuídas e ainda não foram pagas. Mais concretamente sobre o Sporting Clube

Celoricense disse ter lido um aviso no qual referia que este grupo desportivo, poderia não participar em qualquer escalão de futebol a nível distrital porque não tinha verbas para a inscrição dos jogadores, segundo a informação a que teve acesso, a dívida da Autarquia ronda os 18.500,00€ e refere que não sabe qual a posição tomada pelo Executivo sobre este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse desconhecer esse aviso por ter estado de férias. Referiu que gostaria de pagar as verbas no mais curto espaço de tempo, ou seja, quando a tesouraria tiver disponibilidade para o fazer. -----

-----Continuando a referir-se ao S.C.C., disse que este clube tem uma figura jurídica que lhe é própria, sendo que, a Câmara não é dona deste clube. Se a Direcção deste clube não quer continuar, só a eles lhes compete pronunciar sobre o que quer que seja. O Senhor Vereador repetiu novamente, que esta Câmara não é patrono desse clube, dizendo que é lamentável as palavras e o comportamento que têm tido os responsáveis pelo clube, ao proferirem “se não há dinheiro, eu desisto”. É de opinião que quando não há competência para gerir um clube, que se devem demitir, porque se a única razão que os move é a subsídio dependência da Autarquia, então só lhes restará fechar as portas. -----

-----Disse ainda, que tanto este clube como outros, candidataram-se a vários programas que incluíam recuperações dos espaços desportivos e a Câmara cumpriu, financiando o projecto. A Câmara deu o dinheiro para essas obras e o S.C.C. utilizou essas verbas para outros fins. A Câmara teve que adiantar dinheiro em forma de subsídio para poderem fechar a candidatura, senão teriam que devolver todo o dinheiro recebido da candidatura. Todos os outros clubes já concluíram as obras. Na sua opinião a atitude do S.C.C. em não participar por não terem dinheiro, é um mau princípio.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** salientou mais uma vez a sua posição relativa à política no futebol; é do conhecimento de todos que é contra os subsídios aos clubes de futebol. Entende que não se devem dar subsídios para pagar vencimentos aos jogadores. Disse que bem ou mal foram aprovados pelo Executivo subsídios para o futebol, e é um facto que a Câmara está numa situação de incumprimento para com os clubes de futebol, bem como outras Associações existentes no Concelho. Referiu ainda que há Associações em que logo que são aprovados os subsídios, são de imediato pagos, enquanto outros igualmente aprovados, não são pagos, existindo uma dualidade de critérios no pagamento de subsídios. Afirmou ainda que a Câmara Municipal deve assumir que é de facto incumpridora em relação a este clube S.C.C. As inscrições do clube são até ao final desta semana e se não forem pagas, eles não poderão participar em qualquer escalão de futebol, a nível distrital. -----

-----O Senhor Vereador disse que no início da época o Sporting foi o único clube que apresentou planos de despesas e de pagamentos, tendo em conta os subsídios aprovados. Disse que a Câmara é incumpridora com este clube e com outros, porque assume ao aprovar em reunião de Executivo os subsídios, e posteriormente não dá cumprimento às deliberações em termos de pagamentos, concluindo que os subsídios são aprovados em reunião de Câmara mas não saem do papel e conforme acontece em relação aos clubes, também o mesmo se passa com algumas Associações de cariz social. Estas situações têm que ser solucionadas. -----

-----Interveio o Senhor **Vereador António Silva** para esclarecer que nem ele nem a Câmara fogem às suas responsabilidades, que a Autarquia nunca virou costas a nenhuma instituição, mas também não pode solucionar todos os problemas dos clubes, até porque, existem outras prioridades relativamente a despesas. Referiu que por parte dos clubes tem de haver espírito de empreendedorismo, dando como exemplo, que aquando do evento, da Tourada realizado no Concelho, solicitou ao

Gabinete de Turismo que contactassem todas as pessoas da Vila de Celorico da Beira, com a finalidade de saber se pretendiam comercializar “comes e bebes” na zona limítrofe ao estádio municipal. Sendo que, o S.C.C., poderia ter usufruído desta hipótese e ter realizado algum dinheiro com este evento. Referiu que os clubes, e de uma forma particular, o Sporting Clube Celoricense deveriam ter carolice para venderem, pois há uma diversidade de produtos que poderiam atrair a atenção dos munícipes e dos turistas. As pessoas que fazem parte da direcção do clube não podem aproveitar estes momentos quentes da política para pressionarem e atingirem os fins que pretendem. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que é contra o subsídio dependência que impera neste Concelho, mas cortar com esta dependência não é fácil. Disse que o que o preocupa é que durante estes quatro anos de mandato, não conseguiram abolir com este tipo de subsídios. É de opinião que tem de haver uma acção concertada. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que despenderam muito dinheiro para a recuperação dos espaços desportivos e a Câmara designou um funcionário para fiscalizar todas essas obras.-----

-----Quanto ao Presidente do Sporting Clube Celoricense disse que não é um mau dirigente, tem as suas virtudes, tem iniciativa e tem que procurar arranjar uma solução para inverter a situação, o que é difícil. -----

-----O Senhor Vereador disse estar mais preocupado com as Associações do que com o futebol. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que para conclusão da intervenção feita anteriormente, deixa retratado no final do seu mandato, aquilo que foi o resultado dos quatro anos passados ao serviço de todos os celoricenses. Continua a mostrar preocupação sobre quais os critérios

usados para definir a atribuição de subsídios às instituições do concelho, por parte do Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que tem pena que o Senhor Presidente não esteja presente, porque tinha questões a colocar-lhe. Passaram-se meses e anos, estão em final de mandato e as múltiplas questões colocadas neste órgão por si, não as viu esclarecidas. Irá esperar pela próxima reunião para poder vir a ser elucidado. Disse que gostaria de saber em que situação se encontra os autos de recepção provisória de algumas obras, se já foram contabilizados os trabalhos a mais e a menos de obras realizadas.-----

-----Por fim o Senhor Vereador disse que gostaria que lhe fosse facultada por escrito, a conta corrente dos fornecimentos e dos pagamentos do Senhor Napoleão e do Senhor Monteiro, da Lageosa do Mondego relativos a este mandato. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por referir que tinha sido abordado por alguns munícipes relativamente à falta de recolha de lixo em vários pontos do concelho, tendo ficado admirado com esse facto pelo que mandou fazer um inquérito. Informou que neste momento a autarquia debate-se com a falta de contentores e ecopontos. Disse que estava estabelecido que duas vezes no ano os contentores seriam submetidos a uma desinfeção e questiona se assim tem acontecido e qual o plano de recolha de lixo no Verão.-----

-----Presente na reunião para prestar esclarecimentos a Sr.^a Eng.^a Hermínia, referiu que anteriormente o plano de Verão funcionava com a recolha do lixo à noite, mas agora, faz-se durante a tarde, não tendo por isso sido accionado o Plano de Verão.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** continuou questionando a Sr.^a Eng.^a sobre quem se encontrava responsável por esse serviço, ao que a técnica respondeu ser ela a responsável, mas que tinha encarregado a Sr.^a Eng.^a Helena de supervisionar essa matéria, não era uma delegação de poderes, mas sim, uma forma de dividir o serviço, que já estava a ser feito pela Sr.^a Eng.^a quando ela foi transferida para aqueles serviços. -----

-----O Senhor Vereador alertou para o facto de o lixo no Parque de Campismo de Linhares da Beira, não ser recolhido há pelo menos uma semana, o que se torna uma situação difícil nesta época do ano e chama a atenção dos responsáveis por este departamento para que tal não se repita, sob pena de dar uma má imagem destes serviços para o exterior. Pretendeu ainda saber quanto tempo tinham os mapas de escala dos funcionários que estão adstritos à recolha do lixo, mapas que ficarão em anexo a esta acta (**anexo I**). Chamou a atenção da Sr.^a Eng.^a para a necessidade de instalação de ecopontos, dando o exemplo das bombas da Galp que não está servida de ecopontos e os que lá estão não têm manutenção, nem recolha. Referiu que a comunidade é que reconhece e agradece os bons serviços prestados, e os de higienização são essenciais e prioritários em qualquer sociedade. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA PARA A INSTALAÇÃO DO JULGADO DE PAZ NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA;**-----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA;**-----

-----**DESPACHO N.º 63/2009;**-----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 622 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS;**-----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: JOSÉ AGOSTINHO GOMES, PEDRO DOS SANTOS LEITE FERREIRA, JOÃO PAULO DOS SANTOS GOMES; -----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 623 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS; -----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 625 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS; -----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 624 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS; -----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS; -----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: ANTÓNIO PEDROSO DOS SANTOS; -----

-----ALARGAMENTO DE FAIXA DE RODAGEM – RUA DO RAMALHAL, RATOEIRA – CELORICO DA BEIRA; -----

-----FALTA DE ÁGUA NO CONCELHO; -----

-----ANÁLISE DOS INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA; -----

-----ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DE UM PROJECTO-RECTIFICAÇÃO. -----

-----Relativamente aos outros assuntos, a incluir na reunião o Senhor **Vereador Rui Correia** disse que não é a primeira vez que chama a atenção para o facto de estar previsto na Lei, a percentagem de outros assuntos a incluir, que é de 1/3 sobre os que foram agendados na ordem de trabalhos, facto que não se verifica. -----

-----I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA CINCO DE AGOSTO DE DOIS MIL E NOVE-----

-----Foi presente a acta número quinze, da reunião ordinária do Executivo de cinco de Agosto de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador Rui Jorge Pinto Correia, por não ter estado presente na referida reunião.** -----

-----**II – EDP** -----

-----**ASSUNTO: OBRAS EFECTUADAS E A EFECTUAR NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente ofício n.º 414/09/DRCM, datado de 28/07/2009, em nome da EDP, dando conhecimento das obras executadas no concelho de Celorico da Beira, no 2.º trimestre de 2009, as obras em curso e as obras em projecto que se anexam a esta acta (**anexo II**). -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**III - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DE SINISTRO - AGOSTINHO PACHECO PORTUGAL** -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 11/08/2009, com o seguinte teor:-----

-----“Foi solicitado por Agostinho Pacheco Portugal, o ressarcimento dos danos ocorridos em 06/06/2009, no seu veículo ligeiro de mercadoria com a matrícula 87-19-FS, na Rua 25 de Abril, no sentido ascendente à Rua Sacadura Cabral, em virtude do seu veículo ter entrado num buraco efectuado por funcionários da Câmara Municipal no dia 04/06/2009, em consequência de um rebentamento com uma conduta de água. A situação foi participada junto da “Fidelidade Mundial” Companhia de Seguros, a qual

procedeu à abertura do processo de sinistro com o n.º 091353202752, concluindo que o acidente em causa, não tem enquadramento no âmbito das coberturas contratadas, nomeadamente nos termos do disposto da alínea o), das Condições Particulares da Apólice, por esta não garantir os danos por “falta de manutenção, reparação e/ou conservação de infra-estruturas.” Consequentemente, procedeu ao encerramento do processo.---

-----I – Resulta que é aplicável à responsabilidade civil extracontratual das autarquias locais por factos ilícitos culposos praticados no exercício da gestão pública a presunção de culpa estabelecida no número 1, do artigo 493 do Código Civil. -----

-----II – Em tais situações, verifica-se uma inversão das regras relativas ao ónus da prova, estabelecido no artigo 342 do Código Civil, incumbindo ao lesado apenas a prova do facto que serve de base à presunção, e cabendo ao autor da lesão (Município), a prova principal de que não teve qualquer culpa no acidente gerador dos danos, bem como, a de que empregou todas as providências exigidas pelas circunstâncias, adequadas a prevenir o acidente, ou de que este se deveu a caso fortuito ou de força maior, só por si determinante do evento danoso. -----

-----III – Assim, face aos factos relatados pelo proprietário do veículo e a informação da Divisão de Ambiente e Obras Particulares – Secção de Águas e Saneamento, estão reunidos os pressupostos da responsabilidade extracontratual, por actos de gestão pública. -----

-----Nos termos do supra exposto, declinando a Companhia de Seguros a responsabilidade do sinistro, é a autarquia responsável pelo ressarcimento dos danos expressos no orçamento apresentado, no montante total de 1.101,77€ (mil, cento e um euro e setenta e sete cêntimos).” -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** questionou sobre o porquê de esta obra não estar devidamente sinalizada, uma vez que os responsáveis dos serviços da Câmara deveriam ter em conta a sinalização de todas as

anomalias que se verifiquem no Concelho. Questionou ainda, se tinha sido levantado algum inquérito de averiguações às pessoas responsáveis pela situação, que causou os danos na viatura, isto só por falta de sinalização. --

-----**A Câmara face ao exposto na informação do Gabinete Jurídico, deliberou ressarcir o Senhor Agostinho Pacheco Portugal, dos danos causados na sua viatura, através do pagamento do montante de 1.101,77€, (mil cento e um euros e setenta e sete cêntimos), directamente à empresa Auto-Reparações, conforme orçamento apresentado.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA PARA A INSTALAÇÃO DO JULGADO DE PAZ NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente ofício n.º 208/DSMRAL/09, datado de 10/08/2009, proveniente do Ministério da Justiça, referindo que na sequência da candidatura apresentada pelo Município de Celorico da Beira, relativa à instalação de um julgado de paz neste concelho e formalizada através de ofício, informam que a mesma foi aceite.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 17/08/2009, informando que estará de férias, no período de 19 a 31 de Agosto de 2009.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**DESPACHO N.º 63/2009**-----

-----Pelo Senhor Vereador foi presente o despacho n.º 63/2009, para ratificar, relativo à constituição de um fundo de maneio no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), à responsabilidade do Técnico Superior, Ricardo Filipe Vieira Prates, para cobrir despesas correntes e inadiáveis relativas à Colónia de Férias.-----

-----**A Câmara deliberou ratificar o despacho n.º 63/2009, que constitui um fundo de maneio, no valor de 1.500,00€(mil e quinhentos euros), à responsabilidade do Técnico Superior, Ricardo Filipe Vieira Prates e que se destina a despesas correntes relativas à Colónia de Férias 2009.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 622 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS**-----

-----Foi presente requerimento n.º 622, datado de 10/08/2009, em nome de Herdeiros de António Pereira dos Santos, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 867 (oitocentos e sessenta e sete), por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1951, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1996. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1996. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes se referem foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: JOSÉ AGOSTINHO GOMES, PEDRO DOS SANTOS LEITE FERREIRA, JOÃO PAULO DOS SANTOS GOMES** -----

-----Foi presente requerimento n.º 626, datado de 10/08/2009, em nome de José Agostinho Gomes, Pedro dos Santos Leite Ferreira, João Paulo dos Santos Gomes, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 688 (seiscentos e oitenta e oito), por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1951, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1986. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1986. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes se referem foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**-----PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 623 – REQUERENTE:
HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS -----**

-----Foi presente requerimento n.º 623, datado de 10/08/2009, em nome de Herdeiros de António Pereira dos Santos, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 644 (seiscentos e quarenta e quatro), por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1951, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1987. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1987. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes se referem foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 625 – REQUERENTE:
HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS -----**

-----Foi presente requerimento n.º 625, datado de 10/08/2009, em nome de Herdeiros de António Pereira dos Santos, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Largo do Tabulado, freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 461 (quatrocentos e sessenta e um), por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser

exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1951, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1989. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1989. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes se referem foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO REQ. N.º 624 – REQUERENTE: HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS**-----

-----Foi presente requerimento n.º 624, datado de 10/08/2009, em nome de Herdeiros de António Pereira dos Santos, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 643 (seiscentos e quarenta e três), por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1951, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1987. No entanto, na

certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1987. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes se referem foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS**-----

-----Foi presente requerimento n.º 632, datado de 18/08/2009, em nome da Junta de Freguesia de Prados, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Junta de Freguesia, freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 551 (quinhentos e cinquenta e um), por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 2009. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente se refere foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE CERTIDÃO – REQUERENTE: ANTÓNIO PEDROSO DOS SANTOS**-----

-----Foi presente requerimento n.º 634, datado de 13/08/2009, em nome de António Pedroso dos Santos, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua Bairro de São Miguel, freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial número 383 (trezentos e oitenta e três), por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que a edificação existente foi construída antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1986. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1986.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que se iria abster porque põe algumas reservas quanto ao ano de construção da habitação em causa ter sido antes de 1981.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente se refere foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente, por maioria, com uma abstenção do Sr. Vereador Rui Correia.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ALARGAMENTO DE FAIXA DE RODAGEM – RUA DO RAMALHAL, RATOEIRA – CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º 342, datada de 18/08/2009, referindo que na sequência da solicitação de informação técnica sobre o assunto em epígrafe, por parte do Senhor Vereador António Silva, são de parecer que:-----

-----1 – O arruamento em causa encontra-se com dimensões de faixa de rodagem junto aos imóveis de aproximadamente três metros, não permitindo o cruzamento de dois veículos em sentidos opostos. Visto tratar-se de um arruamento que liga a povoação da Ratoeira ao campo de futebol e ao futuro Lar da Ratoeira, entendem ser necessário o alargamento do referido arruamento, permitindo a entrada e saída de veículos de emergência e cruzamento desafogado de dois veículos em sentidos opostos. Assim e após reunião consensual com proprietários, propõem o recuo das fachadas dos edifícios contíguos ao arruamento, salvaguardando a construção de fachada de igual material com os vãos idênticos aos existentes em cada um dos imóveis em causa. -----

-----**De acordo com a informação técnica, a Câmara deliberou o alargamento de faixa de rodagem na Rua do Ramalhal referente à freguesia da Ratoeira – Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**FALTA DE ÁGUA NO CONCELHO** -----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de dezoito de Agosto do corrente que se apensa a esta acta (**anexo III**), referindo que da reunião realizada com a Câmara Municipal e a AdZC resultou numa análise das freguesias com falta de água e quais os motivos que provocam essa situação.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a falta de água neste concelho é uma questão problemática, já começa a ser sazonal, e é um caso que não deveria acontecer. Coloca-se esta questão permanentemente

e acentua-se o número de queixosos pelo concelho referente a este assunto tão delicado. A lacuna que se regista em alguns serviços certificados pela norma ISO 9001/2000, que não arranjam soluções de modo a prevenirem os problemas surgidos, são continuamente acompanhados por este Município que vai registando essas falhas para uma imediata resolução. Referiu-se ao facto de a freguesia da Carrapichana, ter sido muito sacrificada pela falta de água durante dias seguidos e de repente a situação alterou-se passando a haver muita água. Referiu ainda que houve várias freguesias que estiveram semanas sem que ocorresse o fornecimento de água e questionou quais as medidas tomadas pela Câmara e pelas AdZC. Solicitou à Sr.ª Eng.ª Hermínia que de forma resumida e sucinta lhe descrevesse o que se passa diariamente nas 22 freguesias deste concelho, a falta de água, a quantidade e a qualidade da mesma, bem como, a pressão com que chega a casa das pessoas. Disse que a bomba que existia na Ponte do Ladrão e que foi substituída pelas AdZC, tinha menor capacidade para fornecer condignamente 6 pólos habitacionais. Sobre a freguesia de Açores tem conhecimento que a água não chega aos pontos mais altos, queriam saber o que foi feito pela empresa. Questiona ainda, se a responsabilidade técnica em relação aos caudais é do nosso departamento ou das AdZC. Questiona ainda sobre a avaliação do serviço prestado pela empresa. Sobre a freguesia da Carrapichana perguntou o que aconteceu para se passar da falta de água, à abundância da mesma.-----

-----Sobre o contrato que este Município tem com as AdZC, questionou se cabe a responsabilidade de vigiar os caudais à Câmara se à Empresa. -----

-----A Sr.ª Eng.ª Hermínia referiu que a falta de água nas freguesias de Açores, Baraçal e Maçal do Chão se devia ao facto da bomba existente colocada pela AdZC não ter capacidade de resposta aos consumos verificados, devendo por isso ser substituída o que veio a acontecer depois de muita insistência junto da Empresa que a colocou na Ponte do Ladrão.

Na freguesia da Carrapichana as nascentes estavam fracas daí não terem capacidade para abastecer outros pólos habitacionais, requerendo-se às AdZC que o abastecimento fosse a partir de Salgueirais, mas existindo o risco de faltar a água em Casas de Soeiro. Entretanto foi detectada uma avaria na torneira de uma das nascentes e desde essa altura nunca mais houve falta de água na Carrapichana. A assistência prestada no âmbito do controlo da situação é feita pelos funcionários da autarquia que vão fiscalizando os reservatórios, as nascentes, as bombas e as canalizações. Sobre a avaliação das AdZC em relação à prestação de serviços que é dada aos munícipes pode considerar-se má. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que a falta de água é uma preocupação de há muito e enquanto oposição estão em sintonia com o que pensa o Executivo. O serviço prestado pelas AdZC não é benéfico. Estão de acordo com o Executivo, sobre as medidas a tomar contra as AdZC, devendo ser responsabilizados, porque sempre existiram problemas a nível do abastecimento de água nesta altura do Verão, não estando minimamente interessados em resolver os problemas. Disse ainda, que esta situação apresenta custos elevados a este Município e há que imputar culpas a quem realmente as tem. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** questiona a Jurista desta Câmara se no caso de se poder rescindir o contrato, a Câmara tem capacidade de resposta por si só com os serviços que existem na Autarquia. -----

-----Interveio a Sr.^a Dr.^a Maria do Céu, Jurista desta Autarquia, dizendo que unilateralmente a Câmara não pode rescindir o contrato, porque essa rescisão tem que passar pelo tribunal arbitral e tem que ter um testemunho, e haver acordo na nomeação dos árbitros conforme consta do contrato de fornecimento assinado. O inquérito à população de cada freguesia sobre a

qualidade da água servirá de suporte para uma possível resolução do contrato. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** é de opinião que deveriam fazer passar uma mensagem por todas as freguesias, para que as pessoas que desconhecem a entidade que está a tratar da água do nosso concelho fiquem com uma panorâmica mais abrangente e fiquem a saber quem são os responsáveis, pelo que se está a passar. Disse que este assunto o deixa muito preocupado. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que vão reunir toda a informação necessária, para elaborarem uma estimativa dos custos sobre o tempo que os nossos técnicos e funcionários perdem para resolverem os problemas que deveriam ser tratados pelas AdZC, porque é a eles, que lhes compete darem as devidas explicações do que se passa, à Câmara Municipal. Disse ainda, que a nossa Jurista juntamente com a Contabilidade estão a devolver todas as facturas emitidas pela AdZC com base na falta de qualidade e quantidade de água. Referiu que caminhando desta forma e com toda esta informação, estão no bom caminho. -----

-----Com referência à intervenção do Senhor Vereador a Jurista desta Câmara disse que terão de aguardar pela resposta deles no que se refere à devolução das facturas. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse ainda que o relatório deve ser acompanhado por fotografias por serem essenciais no tratamento desta questão e os questionários com a respectiva ficha técnica. -----

-----A Jurista desta Autarquia referiu que há um incumprimento bastante notório e que o dossier vai ser a parte mais importante para a rescisão com a AdZC. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ANÁLISE DOS INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO
DA QUALIDADE DA ÁGUA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de dezoito de Agosto do corrente que se apensa a esta acta (**anexo IV**), referindo que foi realizado um inquérito a um universo de 15% da população de cada freguesia com o propósito de avaliar o grau de satisfação da população quanto à qualidade e quantidade de água fornecida pela Empresa Águas do Zêzere e Côa. Numa primeira fase foram efectuados os inquéritos às freguesias de Açores que em termos de qualidade a maioria dos inquiridos está insatisfeita, contrariamente ao que se verifica na freguesia do Baraçal em que a qualidade da água é razoável.-----

-----Na freguesia de Açores também no que diz respeito à qualidade é salientado o cheiro, a cor e o sabor da água. Em termos de quantidade, verifica-se frequentemente no Verão a falta de água e a pouca pressão da mesma.-----

-----Na freguesia do Baraçal, são considerados como pontos negativos a cor e o cheiro da água, mas em termos de quantidade, a falta de água não afecta consideravelmente a população, pois isso só se verifica raramente e apenas no Verão.-----

-----A Câmara Municipal de Celorico da Beira pretende com estes inquéritos corrigir as falhas existentes e criar condições necessárias para o melhoramento da rede de abastecimento de águas, conseguindo desta forma chegar ao máximo de munícipes possível em melhores condições. ---

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DE UM PROJECTO-
RECTIFICAÇÃO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais datada de dezanove de Agosto do corrente, referindo que na informação de Aprovação de Projectos datada de vinte e nove de Junho e presente à reunião do dia um de Julho, foi detectado um lapso na nomenclatura de um dos projectos. Assim, onde se lê “Beneficiação da EM 1102 (Velosa – Limite do Concelho de Trancoso)” deverá ler-se “Beneficiação das Estradas Municipais EM 1102, EM 581 e CM 1089”, pelo que propõe a sua rectificação.-----

-----**A Câmara deliberou rectificar a informação técnica do dia vinte e nove de Junho de dois mil e nove, relativa à nomenclatura do projecto “Beneficiação da E.M. 1102 (Velosa - Limite do Concelho de Trancoso)”, que passará a ler-se “Beneficiação das Estradas Municipais EM 1102, EM 581 e CM 1089”. -----**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vereador deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vereador e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----

